

# Cassados deverão perder aposentadoria

MARCELO DE MORAES

BRASÍLIA — Além de cassar os mandatos e confiscar os bens dos parlamentares que desviaram recursos da União, a CPI do Orçamento deverá também cortar suas aposentadorias. O regimento interno do Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC) não faz qualquer restrição ao pagamento de pensões a parlamentares que tenham sido cassados. Na verdade, qualquer um deles que tenha cumprido o prazo mínimo de oito anos de mandato poderá requerer a aposentadoria proporcional e o pedido será avaliado pelo Conselho do IPC, formado por parlamentares.



Para evitar isso, o relator Roberto Magalhães (PFL-PE) já analisa a possibilidade de incluir o pedido de suspensão do pagamento das aposentadorias no seu relatório final. Essa atitude poderá servir como forma de pressão sobre o Conselho do IPC, fazendo com que seus membros não aceitem os pedidos de aposentadoria feitos pelos integrantes da máfia do Orçamento. Ontem, os deputados Sandra Starling (PT-MG) e Jaques Wagner (PT-BA) entregaram um requerimento ao comando da CPI do Orçamento justamente com esse propósito.

● **FUNDAÇÃO** — Acompanhado de dois fiscais da Receita Federal, os auditores do Tribunal de Contas da União (TCU) Cláudia Maria Borja Reis, Walter Francisco Goulart e Juciara Batista de Azevedo voltaram ontem à Fundação Roberto Marinho, para examinar novos documentos referentes ao contrato e convênios firmados entre a instituição e a União, no período entre 1988 e 1993. A auditoria deverá estar concluída na próxima segunda-feira, quando os auditores encaminharão um relatório ao presidente da CPI do Orçamento, senador Jarbas Passarinho.